



## TRAGÉDIA NO SUL

# Oposição acusa governo de uso eleitoral da crise

A postura do presidente Lula de organizar grandes encontros com políticos para anunciar medidas de ajuda ao Rio Grande do Sul incomoda a oposição e deixa isolado o governador Eduardo Leite

» EVANDRO ÉBOLI

A cena do anúncio feito em São Leopoldo (RS) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva das medidas contra os efeitos devastadores das chuvas no Rio Grande do Sul ganhou ares de palanque eleitoral. O comedimento que a situação exigia, entende aliados do governador Eduardo Leite, do PSDB, foi deixado de lado em um momento em que o estado vive uma catástrofe com dezenas de mortos e desaparecidos. Lula chamou o ministro Paulo Pimenta ao centro do palco como se fosse um ato de início de governo. O deputado petista migrou da Secretaria de Comunicação para o Ministério Extraordinário da Reconstrução do estado. E assim foi apresentado.

No mesmo cenário, em pé e em posição de destaque no palanque, a deputada Maria do Rosário (PT-RS), pré-candidata à prefeitura de Porto Alegre, aplaudia com entusiasmo. Contrastando com esse clima, o governador gaúcho permaneceu estático na cadeira, não aplaudiu nem engrossou o coro festivo do PT.

O ambiente político-eleitoral se mistura à busca de soluções para a tragédia que aflige os gaúchos, mais preocupados com a incerta volta para casa e com a reconstrução de seus bairros e cidades destruídos pela força das águas.

A indicação de Pimenta para coordenar as ações federais no estado motivou uma resposta imediata do PSDB. O deputado Aécio Neves, liderança dos tucanos, chamou de "excessividade" a decisão de Lula e afirmou se tratar de uma "intervenção" do governo federal no Rio Grande do Sul. O governador Eduardo Leite sequer foi comunicado da nomeação.

Prefeito da maior cidade administrada pelo PT no estado, São Leopoldo, Ary Vanazzi, dos principais articuladores políticos da legenda no estado, saiu em defesa

Henrique Lessa/CB/DA.Press



Lula, ao microfone, em São Leopoldo, no anúncio de medidas para o Rio Grande do Sul: evento com palco, autoridades e plateia

de Pimenta, em entrevista ao **Correio**. "Não vejo como uma intervenção política. Paulo Pimenta é gaúcho, conhece o estado, é deputado federal. Além disso, conhece as lideranças, e é preciso alguém assim, bem articulado, que conheça a realidade e que saiba onde está pisando. Não dá para escolher qualquer um, que não tenha relação política e que desconheça o estado. Essa questão não está no centro do debate. Pelo menos, até aqui. Esta tragédia exige unidade política", disse Vanazzi.

### Cacifex na mesa

Pimenta, que foi o terceiro deputado federal mais votado pelos gaúchos em 2022, com 223 mil votos, é visto como provável candidato do PT ao governo estadual, daqui a dois anos.

Deputado federal mais votado do estado, com 259 mil votos, o bolsonarista Luciano Zucco (PL-RS) acusou os dois lados de anteciparem a campanha eleitoral. Ele é outro nome relacionado como provável postulante ao Palácio Piratini em 2026. Para

Zucco, o fato é grave por ocorrer em meio à maior tragédia que se abateu sobre o estado.

"Com direito a comício, o agora ex-ministro da propaganda Paulo Pimenta foi nomeado para o Ministério Extraordinário da Reconstrução. Pego de surpresa e visivelmente contrariado com a jogada política do presidente Lula, o governador Eduardo Leite reagiu nomeando seu vice, Gabriel Souza, para cargo similar, mas em nível estadual", disse o parlamentar, que criticou a iniciativa de ambos.

"É desnecessário que ambos sejam nomeados para cargos com nomes pomposos, como se isso fosse preciso para coordenar o trabalho incansável que já vem sendo feito por milhares de voluntários e servidores públicos. O mais provável de acontecer é uma disputa por holofotes e protagonismo, na qual quem sairá perdendo será a própria população atingida", disse Zucco.

O vice-governador, Gabriel Souza, também está capitalizando uma fatia do protagonismo no enfrentamento às consequências

da enchente, mas Leite escolheu o economista Pedro Capeluppi para comandar a Secretaria de Reconstrução do estado. Capeluppi trabalhou com Paulo Guedes no Ministério da Economia, durante o governo Bolsonaro.

### Adiamento da eleição

Apesar da disputa eleitoral antecipada em meio ao drama do Rio Grande do Sul, a realização do pleito municipal, em outubro, é incerta. Em entrevista ao **Correio**, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado, desembargadora Vanderlei Teresinha Kubiak, falou da possibilidade de adiamento das eleições, o que pode ocorrer devido às péssimas condições das instalações dos cartórios eleitorais, dos danos sofridos pelas urnas eletrônicas e, até mesmo, do "estado emocional" do povo gaúcho neste momento.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) afirmou que o partido não discute eleições no momento e entende não haver necessidade de adiar o pleito municipal. "Neste momento, esse assunto não existe para nós. O que existe, agora, é salvar vidas, é trabalhar intensamente para a reconstrução. Não existe, para nós, suspensão da eleição, até porque os atuais prefeitos foram eleitos para este período, que vai até 31 de dezembro", afirmou.

Mesmo que os discursos de todos os lados neguem que ninguém está pensando em eleições agora, nos grupos de cada um, internamente, as análises são outras. Aliados de Eduardo Leite enxergam nas ações de Lula a implementação de um governo paralelo no estado, e que contará com a presença sucessiva do presidente nas áreas atingidas pelas chuvas.

Do lado petista, o entendimento é que o incômodo do PSDB com o Palácio do Planalto é sinal de receio de possível ganhos políticos que Lula possa obter em um estado em que seu desempenho e de seu partido já foi melhor.

## Lula reúne ministros no Alvorada para balanço das ações

» ÁNDREA MALCHER

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reuniu ontem, no Palácio da Alvorada, os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul), Waldez Góes (Integração), Renan Filho (Transportes), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e José Múcio (Defesa).

Embora a pauta da reunião não tenha sido divulgada, o rol de ministros presentes compõem as pastas mais envolvidas no apoio aos gaúchos após as enchentes no estado. O grupo, inclusive, acompanhou Lula a São Leopoldo (RS), na quarta-feira da semana passada. Quem chegou mais cedo para o almoço com o presidente e ministros no Alvorada foi Fernando Haddad.

Desde que as chuvas começaram a fazer estragos no Rio Grande do Sul, há duas semanas, o governo federal tem focado os esforços na ajuda às populações

atingidas e na recuperação da infraestrutura das cidades. Na sexta-feira, foi publicada uma medida provisória (MP) que flexibiliza o processo para a aquisição de bens e contratação de serviços nas áreas que se encontram em estado de calamidade pública. Dessa forma, fica dispensada a obrigação legal de licitação. Os contratos vigentes também poderão ser prorrogados por até 12 meses. O texto ainda dispensa estudos técnicos preliminares para compra e aquisição de obras e serviços comuns.

"Estamos aperfeiçoando o que foi pensado durante a pandemia, para podermos enfrentar situações como essas da forma mais célere possível. O que estamos propondo é uma legislação perene para o Brasil, para que os gestores possam enfrentar com segurança situações de emergência e calamidade como as do Rio Grande do Sul", destacou a ministra da Gestão, Esther Dweck, na sexta-feira, durante o anúncio da MP, que tem

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O presidente Lula passou o sábado no Palácio da Alvorada, onde recebeu ministros para tratar da crise no Sul

vigência a partir da publicação, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias para se tornar lei.

### Parcela extra

Até o momento, a Defesa Civil do estado confirmou 155 mortos

pelas enchentes e aponta que 461 municípios foram afetados pela maior tragédia climática já registrada no Sul do país. Além disso,

são 806 pessoas feridas e 540 mil estão desalojadas. Os mais de 830 abrigos públicos recebem 77,2 mil pessoas. Forças de segurança do Rio Grande do Sul e de outros estados, além de voluntários, se mobilizam para resgatar as pessoas que ficaram ilhadas em casa. No total, 82,6 mil pessoas e 12,2 mil animais foram resgatados.

O governo federal anunciou o pagamento de uma parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cidades em estado de calamidade. A previsão é que R\$ 192,7 milhões sejam repassados para 46 ou 47 municípios. O ministro Alexandre Padilha declarou que o montante será inserido em uma medida provisória que deve ser publicada nesta semana.

"Isso vai significar que, neste mês de maio, esses municípios vão receber um recurso duplo do Fundo de Participação de Municípios. Exatamente para apoiar os municípios nas várias ações de resgate, independentemente dos outros recursos", explicou o ministro.